O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO E A POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DO DANO EXISTENCIAL

MORAL HARASSMENT IN THE WORK ENVIRONMENT AND POSSIBLE CONFIGURATION OF EXISTENTIAL DAMAGE

Vanessa Rocha Ferreira ⁱ

Agatha Gonçalves Santana ⁱⁱ

RESUMO: O presente artigo demonstra o modo pelo qual a prática de assédio moral no trabalho poderá causar, além das formas tradicionais de danos, uma categoria jurídica de dano extrapatrimonial recém reconhecida no Direito Brasileiro: o dano existencial. A par das polêmicas doutrinárias e jurisprudenciais, descabe confundir essa categoria jurídica autônoma com o dano moral, o qual deve, dentro da reestruturação do sistema de responsabilidade civil brasileiro, garantir a proteção integral do trabalhador. Através do método dedutivo e análise documental, empírico e jurisprudencial, o presente artigo fundamenta a possibilidade não apenas de reconhecimento do dano existencial independentemente do moral causado ao trabalhador, mas a possibilidade de cumulação dos pedidos de danos extrapatrimoniais, mensurando-se cada bem jurídico atingido quando a vítima foi lesada ao sofrer assédio moral em seu meio ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Dano Existencial. Assédio Moral. Danos Extrapatrimoniais. Proteção integral do trabalhador. Meio Ambiente de Trabalho.

ABSTRACT: This article demonstrates the manner in which the practice of mobbing may cause, in addition to traditional forms of harm, a legal category of damage recently recognized in Brazilian law: existential damage. Alongside the doctrinal and jurisprudential polemics, it is possible to confuse this autonomous legal category with moral damage, which must, within the restructuring of the Brazilian civil liability system, guarantee the full protection of the worker. Through the deductive method and documentary, empirical and jurisprudential analysis, this article substantiates the possibility not only of recognizing existential damage regardless of the morale caused to the worker, but the possibility of cumulation of claims on off-balance sheet damages, measuring each legal asset achieved. when the victim was injured while suffering bullying in its labor environment.

Keywords: Existential damage. Mobbing. Extrapatrimonial damages. Full worker protection. Labor environment.

ⁱ Doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (Espanha). Mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professora do Curso de Direito do Centro Universitário do Pará (CESUPA). Líder do Grupo de Pesquisa: Trabalho Decente do CESUPA, com registro no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Auditora do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5997-3198>. Email: vanessarochaf@gmail.com

ⁱⁱ Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPa. Advogada regularmente inscrita na OAB/PA. Professora Titular da Universidade da Amazônia onde leciona a disciplina de Direito Processual Civil. Membro do IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil e do IBERC – Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil. ORCID: 0000-0001-5765-1769. E-mail: agathadcpc@yahoo.com.br

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. O dano existencial: das cortes italianas ao Brasil. 3. Polêmica inicial sobre o dano existencial no Brasil: verdadeira “Torre de Babel dos danos” ou categoria jurídica autônoma? 4. A justiça do trabalho no Brasil e análise do dano existencial. 5. Do direito a indenização cumulativa dos danos extrapatrimoniais. 6. Conclusão. Referências.

1. INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico tem propiciado uma mudança visível e rápida, na lógica do mercado de trabalho. A maneira *fordiana*, que visualizava o trabalhador como uma grande engrenagem - o que foi demonstrado com maestria por Chaplin no filme “Tempos Modernos”, dentro da perspectiva do trabalho especializado e em série – foi substituída pela lógica empresarial inserida em um mundo corporativo.

Atualmente, em “Tempos hodiernos”, afirma-se que foi instaurada uma crise causada pelo choque entre a lógica do mercado liberal e a lógica empresarial proposta para um modelo democrático garantidor da dignidade da pessoa humana, com respeito aos direitos sociais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88).

Um ponto de distinção refere-se ao fato de que hoje a qualidade do produto ou serviço em si ofertado não é a maior preocupação daqueles que exercem os cargos de gestão. Esta centra-se em adequar o modelo de negócio essencialmente para reduzir custos, e isso acontece com a diminuição das estruturas físicas, dos gastos e, em especial, por meio da adequação desse mesmo modelo ao projeto mundial de inserção no mundo digital (nem sempre de uma forma adequada ou planejada e mesmo de forma eficiente) com o objetivo de gerar lucro, e, acaso seja de interesse, a venda ou abertura de capital para investidores externos.

A análise econômica do direito ganha destaque pela influência internacional, fazendo com que os direitos dos trabalhadores fossem modificados ou reinterpretados, muitas vezes em seu desfavor, para que o mercado pudesse ser melhor aproveitado.

O trabalhador, assim, mais do que uma engrenagem de um grande sistema para produção em série, passou a ser objeto de especulação, capaz de gerar maiores resultados em diversos setores, sendo-lhe exigido que seja adaptável, ágil, de conduta transdisciplinar e essencialmente, de conduta política, no sentido de “organização, direção e administração”. A própria imagem do funcionário muitas vezes é visualizada como fator de geração ou diminuição de lucro por parte dos que exercem a gestão, independentemente de sua liberdade, intimidade ou privacidade, conforme a influência que consiga obter quando utilizada através das novas tecnologias ou por suas redes sociais.

Em tempos de reestruturação da ordem laboral, há ainda a inserção da assunção dos novos riscos à pessoa, surgindo novas situações capazes de ameaçar os bens jurídicos mais essenciais do ser humano, tutelados pelos direitos fundamentais. Assim, direitos anteriormente visualizados como

limitadores do Poder Público, hoje deverão ser pensados de maneira emergencial como limite ao novo Poder Privado que se agiganta a cada dia no país.

Assim, faz-se mister rever as novas formas de danos e as possibilidades de proteção integral do trabalhador, que, de acordo com o parágrafo sétimo do artigo 35-A da Lei de Diretrizes Básicas da educação, modificada pela Lei Federal nº 13.415 de 2017, desde sua educação básica deverá ser orientado a adotar um trabalho voltado para a construção do seu projeto de vida.

Respeitar a figura do trabalhador, seja ele empregado ou autônomo, dentro de uma perspectiva dos direitos fundamentais em sua eficácia não apenas perante sujeitos de direito público, mas essencialmente como limite ao Poder Privado voraz do liberalismo de capital é a única visão que parece ser compatível com a posição da dignidade da pessoa humana como epicentro gravitacional do ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.

O dano existencial, denominado na Corte Interamericana de Direitos Humanos como “dano ao projeto de vida” ou “dano à vida de relações”, nada mais é do que a violação direta aos bens jurídicos elementares do trabalhador o qual sofre assédio nesse novo contexto, rompendo relações jurídicas ou mesmo anulando a tutela de seus interesses juridicamente tutelados, transformando toda sua existência de modo protraído no tempo.

Nesse contexto, é essencial distinguir o dano existencial do dano moral, o que ainda gera polêmica e acirradas divergências não apenas na doutrina como também nos tribunais brasileiros, as quais devem ser harmonizadas, reconhecendo-se que um único dano evento poderá gerar uma grande gama de danos resultados, atingindo bens jurídicos extrapatrimoniais diversos da moral, de maneira a se conceder primazia a proteção integral do ser humano.

2. O DANO EXISTENCIAL: DAS CORTES ITALIANAS AO BRASIL

Inicialmente, o Direito Privado surgiu como forma de limitação em relação ao Poder Público, priorizando a liberdade do cidadão, concretizando assim os ideais liberais de cunho fortemente patrimonial cristalizados com a codificação do período napoleônico.

Paralelo a isso, após todas as atrocidades observadas no período da Segunda Guerra Mundial, publicizaram-se os direitos da personalidade, transformando-os em direitos fundamentais, limitando o Poder Público sobre o indivíduo.

Nesse contexto, assume especial relevo a discussão da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais, fazendo com que os próprios direitos humanos sejam vistos não mais como deveres do Estado, mas convocando outros atores não estatais para suas responsabilidades, centrando-se o foco na realização da dignidade da pessoa humana¹. Assim, apesar deste reconhecimento, muitas vezes o mercado internacional tenta apresentar justificativas para a exclusão dos direitos dos mais vulneráveis, como a classe trabalhadora, submetida aos ideais de geração de lucro das grandes Pessoas Jurídicas de Direito Privado.

¹ SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

Foi da própria crise do sistema tradicional de responsabilidade civil que as cortes italianas foram pioneiras em reconhecer o dano existencial como categoria jurídica autônoma, quando do reconhecimento de que um sistema hermeticamente fechado, que não reconhecesse danos não previamente previstos em lei, como a questão do dano extrapatrimonial unicamente moral, pudesse deixar absolutamente desprotegido um indivíduo lesado em seus direitos, interesses e relações juridicamente tuteladas².

Nesse sentido, destaca-se que a terminologia “interesse” não constitui expressão empírica e sim uma expressão lógica. Não é o mundo exterior que impõe necessidades ao ser humano, e sim sua própria razão, utilizada a partir da asseguuração de sua liberdade. Conforme a clássica lição de Francesco Carnelutti³, interesse constitui uma relação, aspectos da realidade estaticamente considerada, não sendo um juízo ou axioma.

O interesse, em verdade, é assim deduzido pelo supracitado jurista italiano como uma posição favorável para a satisfação de uma necessidade, sendo “a relação entre o ente que experimenta a necessidade (homem) e aquele que é capaz de satisfazê-la (bem)⁴”. Destarte, quando um interesse é frustrado, frustra-se o acesso a posição favorável para que se tenha acesso ao próprio bem garantido no ordenamento jurídico como no caso dos direitos fundamentais insculpidos na CRFB/88. Nesse sentido, pode-se configurar o dano existencial através da privação dos meios para se alcançar o próprio bem, a partir da limitação injusta da liberdade do agente como própria condição humana.

Lembra-se que a condição humana, definida por Hanna Arendt⁵, realiza-se em sociedade, e por isso falar-se em pessoa humana é pressupor a condição de humanidade. O objeto do direito tutelado pelo dano existencial, por esse viés, tutela os direitos humanos mais básicos dentro do convívio entre as pessoas. Nesse contexto, o patrimônio deixa de ser a fonte única do estudo acerca dos danos indenizáveis, passando a dignidade da pessoa humana a ser a fonte que supre o direito de danos, sendo vulnerável a qualquer ato que possa lesá-la. O ser humano, sob essa perspectiva, deve ser despatrimonializado e respeitado em sua existência e autonomia.

Em solo americano, o dano existencial foi introduzido nas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos sob a denominação de “Dano ao Projeto de Vida” sendo que, a partir de 1997, a Corte vem distinguindo essa modalidade de dano do que se amplamente conhece da visão tradicional do dano moral. Como destacado pelo professor Peruano Carlos Sessarego⁶, não há de se proteger juridicamente o que se conhece de forma limitada, devendo-se ampliar as formas de proteção ao ser humano.

A liberdade ou autonomia atribuída ao indivíduo pelo Direito, para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, é constituída pelas opções ou possibilidades existenciais, sendo o conteúdo

² CENDON, Paolo; ZIVIZ, Patrícia. *Il ressarcimento del danno esistenziale*. Milano: Giuffrè, 2003, p. 04 e ZIVIZ, Patrícia. *Il danno non patrimoniale: Evoluzione del sistema risarcitorio*. Milano: Giuffrè, 2011, p. 22.

³ CARNELUTTI, Francesco. *Teoria Geral do Direito*. Trad. A. Rodrigues Queirós e Artur Anselmo de Castro. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2006, p. 84-87.

⁴ Ibidem, p. 87.

⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 10.

⁶ SESSAREGO, Carlos Fernandez. *El daño al “proyecto de vida” en la jurisprudencia de la corte interamericana de derechos humanos*. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2Q2PGYc>. Acesso em: 05 set. 2019.

essencial do projeto de vida humano, dentro da sua formação e escolha de seus valores pessoais, configurado como uma expectativa razoável e possível dentro de seu contexto. O dano ao projeto de vida, assim, seria uma perda de oportunidades de desenvolvimento pessoal, pela perda da autonomia, perda essa de forma irreparável ou dificilmente reparável.

Nesse sentido, Sessarego⁷ observa que o direito, para proteger o projeto de vida, é a orientação mais significativa ou fenomenalizada para garantir a manifestação objetiva da liberdade humana. Isso porque, uma vez estando violado o projeto de vida de uma pessoa, pode-se acarretar o mais grave dano que pode ocorrer ao ser humano, causando-lhe um vazio existencial.

É da própria natureza humana a possibilidade de fazer escolhas livres de forma a desenvolver sua personalidade e se projetar no espaço do mundo, na sua autonomia de decidir e formar, dentro de suas possibilidades e vocações, sua identidade pessoal⁸.

A CRFB/88 em muitos dispositivos destaca a proteção de interesses ou necessidades humanas tutelados pelo direito através dos bens jurídicos considerados pelo constituinte como fundamentais ao ser humano, que possui pleno direito de utilizar de tais bens para perseguir seus interesses que constituam seu projeto de vida. Para a realização de seus interesses, o ser humano mantém suas relações, as quais de mesma sorte são juridicamente tuteladas pelo ordenamento jurídico.

Partindo-se da ideia de Flaviana Rampazzo Soares⁹ de que o conceito tradicional de dano moral não consegue alcançar outros interesses e bens extrapatrimoniais da pessoa humana, por possuir caráter extremamente reducionista, muitos equívocos são cometidos. Tais equívocos, essencialmente assentados na visão ainda de ranço patrimonialista do passado e na ampla liberdade de mercado, eivou o ordenamento brasileiro, ao que foi aliado à falta de fundamentação sobre a teoria dos danos, que, além de prejudicar a adequada tutela do indivíduo, acabou por não alcançar outras dimensões extrapatrimoniais, além do dano moral, visualizado em sua forma mais pura.

A primeira proposta da doutrina, a de alargar o conceito de dano moral, descambou na equivocada ideia de distingui-lo entre dano moral subjetivo, relacionado à intimidade psíquica da pessoa; e dano moral objetivo, relacionado à imagem de uma pessoa perante a sociedade¹⁰.

Essa situação causou uma verdadeira explosão dos rótulos relacionados ao dano moral, ora mencionando-se o dano à honra, ora mencionando-se o dano psíquico, mas sempre fundamentados pelo dano moral. Isso porque os critérios utilizados foram unicamente presuntivos para a aferição do dano moral, extraídos da experiência comum de caráter empírico, sem levar em consideração de que

⁷ SESSAREGO, Carlos Fernandez. El daño al proyecto de vida en una reciente sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Revista de Responsabilidad Civil y Seguros*, Buenos Aires: La Ley, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2PGEI17>. Acesso em: 07 out. 2019.

⁸ SCHAFER, Gilberto; MACHADO, Carlos Eduardo Martins. *A reparação do dano ao projeto de vida na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 13, n. 13, jan./jun., 2013, p. 187.

⁹ SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 97.

¹⁰ Ibidem, p. 98.

o dano moral não afeta diretamente e de forma significativa o cotidiano da pessoa, apenas tornando-o mais penoso por conta do padecimento causado pelo desânimo enfrentado pela vítima¹¹.

Eis então que surge a polêmica sobre o aparecimento desses supostos rótulos direcionados ao dano moral, conforme se pode observar adiante.

3. POLÊMICA INICIAL SOBRE O DANO EXISTENCIAL NO BRASIL: VERDADEIRA “TORRE DE BABEL DOS DANOS” OU CATEGORIA JURÍDICA AUTÔNOMA?

Maria Celina Bodin de Moraes¹² evidencia que, seja pelo significativo desenvolvimento dos direitos da personalidade, seja pelo fato de que os institutos de responsabilidade civil apenas recentemente tenham recebido aplicação mais intensa, é notório, em especial por parte da doutrina, a ocorrência de uma extensa ampliação do rol das hipóteses de dano, inadvertidamente confundidas com o dano moral, ao mesmo tempo em que passam a excluir a responsabilidade sobre o que possa constituir simples aborrecimentos cotidianos.

Por outro lado, tal ampliação não poderá ocorrer sem qualquer critério de categorização. É certo de que a criação desprovida de critérios metodologicamente adequados descamba para o que Pamplona Filho e Andrade Junior acusam de uma verdadeira criação de uma “torre de babel” dos danos, ressaltando que a CRFB/88 apenas reconheceu em seu artigo 5º, V, os danos materiais, morais e à imagem¹³.

Esse binômio - direito público x direito privado - passou a ter total regência pelo ordenamento constitucional, de caráter garantista do indivíduo enquanto ser humano e sua dignidade, fazendo com que o ordenamento passasse de uma lógica econômica da propriedade para a da existência humana.

Dessa forma, os danos extrapatrimoniais, assim como o Poder Privado, agigantaram-se a ponto de clamar por uma total releitura com base em uma revisão de conceitos de modo a se conformar com o personalismo ético. Não se pode permitir que os novos riscos e as novas relações advindas por uma maior liberdade no mercado laboral aniquilem o que o ser humano tem de maior importância em sua existência: a autodeterminação de seu projeto de vida.

Assim, é preciso abandonar a visão clássica, do mesmo modo como fez a Itália e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, uma vez que o próprio estudo do instituto “dano” necessita ser reconfigurado.

Perces Barba¹⁴ destaca que a pessoa humana é concebida como um ser caracterizado por sua liberdade e por sua razão. Portanto, a dignidade humana exige que se respeitem as decisões pessoais, o projeto de vida eleito na vida de uma pessoa, bem como suas manifestações de

¹¹ Ibidem, p. 98-99.

¹² MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 165.

¹³ PAMPLONA FILHO, Rodolfo; ANDRADE JUNIOR, Luiz Carlos Vilas Boas. A torre de babel das novas adjetivações do dano. *Direito Unifacs*, Salvador, n. 176, 2015. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/3477/2491> Acesso em: 21 set. 2019.

¹⁴ PECES-BARBA, Gregorio. *Curso de derechos fundamentales: teoría general*. Madri: Eudema, 1991.

pensamento e vontade, sempre exercidos na medida em que não prejudique ou ofenda direitos ou interesses de terceiros. Nesse sentido, o projeto de vida não configura um direito ou propriamente um bem, mas sim um conjunto de interesses ou necessidades de qualquer ser humano, tuteladas pelo direito, de iniciar ou manter relações com outros indivíduos ou bens.

Pode-se, portanto, afirmar que o projeto de vida do indivíduo é totalmente apartado da lógica econômica patrimonial, o que evidencia uma ruptura com o sistema tradicional da responsabilidade civil vista sob a óptica bifronte e de difícil intelecção tradicionalmente embasada na incipiente separação dual dos danos morais e patrimoniais.

Essas exigências de integração psicológica forçam o homem a possuir vida e reputação física e mesmo virtual¹⁵, passando o indivíduo a ser enxergado como ser existente e simbiote com toda a sociedade, cuja produtividade necessita de sua existência. Mas frisa-se, uma existência digna para que se possa dizer produtiva.

Faz-se necessário reconhecer outras espécies de dano que não o dano meramente patrimonial, bem como distinguir o dano moral de outras modalidades de danos às pessoas. Distinguem-se assim os danos patrimoniais dos imateriais, também conhecidos na doutrina e na jurisprudência como danos extrapatrimoniais, os quais são abarcados pela noção geral de danos injustos que afetam a parte espiritual e existencial de uma pessoa, não possuindo apreciação em dinheiro, diversa das coisas materiais¹⁶.

Assim, deve-se abandonar a noção de dano como a ocasião de percepção material, muito se tendo a analisar sobre a dinâmica do dano, como a questão do dano projetado no tempo, algo não tão visível aos olhos humanos. Por outro lado, trata-se de algo que jamais poderá ser restituído à vítima, ao mesmo tempo que não se pode deixar sem qualquer forma de compensação. Novos parâmetros surgem devem ser reconhecidos, assim como o dano existencial.

A grande insegurança jurídica gerada em não se querer admitir tal evolução, criando-se um “corpo estranho e deformado ao se insistir em justificar atitudes punitivo-preventivas por meio da simples reparação do dano moral, verdadeira válvula de escape”¹⁷.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 2009, avançou quando reconheceu a independência do dano estético em relação ao moral na Súmula nº 387. Desta forma, um acidente – dano evento – que tenha deixado uma determinada pessoa sem uma perna, causará inevitavelmente muitos danos resultados, tanto em aspectos patrimoniais quanto em aspectos extrapatrimoniais.

Não se pode apenas cogitar nos gastos em relação ao seu tratamento, ou em relação ao que deixou de aferir em relação a sua produtividade, o que configuraria o dano patrimonial, mas também todo o sofrimento experimentado, que configura o dano moral, a modificação anatômica que configura o dano estético, mas também a forma mais profunda de dano, o existencial, que configura mais uma forma de dano extrapatrimonial.

¹⁵ FELIZARDO, Aloma Ribeiro. *Cyberbullying: difamação na velocidade da luz*. São Paulo: Willem Books, 2010, p. 17.

¹⁶ SEVERO, Sérgio. *Os danos extrapatrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 127.

¹⁷ LEVY, Daniel de Andrade. *Responsabilidade civil: de um direito dos danos a um direito das condutas lesivas*. São Paulo: Atlas, 2012, p.4-5.

O dano existencial perdura no tempo e atinge as relações subjetivas do indivíduo, que desvia o percurso de seu projeto de vida em virtude dos danos resultados causados. Relações familiares, atividades cotidianas como estudos, esportes, frequência religiosa, dentre tantos outros desvios ao projeto de vida – configuram dano existencial.

Essa situação é ainda mais agravada com o uso das novas tecnologias, onde o trabalhador pode ser acionado facilmente a qualquer momento por meio de aplicativos ou redes sociais, além de ter sua intimidade e privacidade invadida e questionada quando da postagem de qualquer fato do seu cotidiano. Muitas das vezes lhe é imposto que abra uma conta ou mesmo inicie o uso de um destes meios, ainda que contra sua vontade, para que seja utilizado como uma extensão de seu trabalho e mesmo uma forma de controle de seus atos, que devem estar de acordo com os objetivos de quem lhes concede o vínculo laboral.

Na nova realidade pós reforma trabalhista – Lei 13.467/2017, os indivíduos supostamente livres para negociar as condições da prestação de seu trabalho, ficaram totalmente à mercê do poder privado agigantado de uma das partes, e a dependência do trabalho de outro lado, para sua sobrevivência, suficiente para conduzir a um vazio existencial.

De toda sorte, a nova realidade social conduziu a novas necessidades, extremamente destrutivas ao ser humano, que ficou refém de um sistema predatório. Ainda que a vítima do dano extrapatrimonial seja supostamente conivente com o uso de seu trabalho, ela não teria poder de dispor e negociar sobre seus direitos de personalidade.

Isso corre, em exemplo hipotético, com o trabalhador em uma fábrica que se submeta a determinada função a qual exija esforço físico repetitivo, por treze ou quatorze horas diárias, ininterruptamente, sabendo-se que, acaso não aceite tais condições, poderá ser dispensado, comprometendo assim totalmente sua subsistência e suprimento de suas necessidades mais básicas, como alimentação, moradia, transporte, dentre outros.

O mesmo ocorre com outro trabalhador em uma loja de *shopping* que, a par da natureza de sua função, deva realizar muitas outras, a qualquer tempo e sem qualquer possibilidade de programar-se, aos finais de semana ou no meio de uma atividade já em andamento, com prioridades cambiantes a todo momento, configurando metas quase que inalcançáveis, receoso de ser rotulado como negligente ou inepto.

Trata-se, portanto, de um consentimento inoptável, ainda que supostamente compensado pelo pagamento de uma quantia a mais em sua remuneração. No mais das vezes, tal situação é imposta pelo empregador, que imediatamente já entrega documentos escritos, vislumbrando tais possibilidades de modo abusivo apenas para serem assinados pelo empregado, destruindo assim sua identidade, violando sua dignidade pessoal e profissional, causando danos até mesmo a sua saúde mental¹⁸.

Pode-se perceber que não há uma repercussão direta no âmbito financeiro ou econômico da vítima, não necessariamente observando-se detecção de dor ou sofrimento, características do

¹⁸ BARRETO, Margarida Silveira. *Violência, saúde trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: Educ, 2000, p.63.

dano moral. Não obstante, demonstra-se clara a violação à personalidade do indivíduo¹⁹, impondo uma desconstrução do próprio ser, obrigado a destruir seus sonhos para reconstruir seus caminhos para meramente sobreviver, sendo passível portando, de uma constatação objetiva.

Sob essa óptica, nessa situação, jornadas extenuantes, ditas como sobrelabor acima do razoável permitido pelo ordenamento jurídico, é mister ser considerado o contexto do trabalhador, o qual pode ter como consequência o desenvolvimento de distúrbios psicológicos como ansiedade ou depressão, ganho ou perda excessiva de peso, ou aparecimento de vícios até então inexistentes, culminando no afastamento do indivíduo do trabalho ou mesmo sua aposentadoria precoce, aumentando os gastos do Estado com saúde, seguro desemprego e previdência²⁰.

Em relação à saúde física e psíquica do empregado, dependendo da atividade desempenhada, o trabalhador poderá desenvolver hérnias, no caso de carregadores, lesão por esforço repetitivo no caso de operadoras de caixa ou operadores de *telemarketing*, calos vocais ou esgotamento físico e psicológico no caso de professores. Há uma predisposição de doença relacionada com as condições oriundas da própria função exercida, as conhecidas como doenças ocupacionais. Os riscos dessas doenças, potencializam-se dependendo dos trabalhos sem qualquer condição de segurança, salubridade ou simplesmente abusivos, os quais se submetam os trabalhadores. Há, portanto, conflitos de interesses muito maiores do que se possa visualizar de maneira superficial.

Muito além do dano moral, o trabalhador sofre um abalo em suas relações, modificando sua vida, muitas vezes tendo de abandonar tratamentos médicos ou atividades educacionais ou físicas para cumprir com o que lhe tenha sido imposto de modo arbitrário. Não se deve olvidar que o direito ao lazer e a constituição familiar de mesma sorte constituem direitos fundamentais tutelados pelo ordenamento jurídico. A perda da qualidade de vida para o trabalhador não configura tão somente um abalo moral, como também a sua vida de relações, modificando seu projeto de vida que ficará totalmente voltado para seu trabalho.

4. A JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL E ANÁLISE DO DANO EXISTENCIAL

De acordo com o art. 114 da CRFB/88, a Justiça do Trabalho é competente para julgamento de danos extrapatrimoniais, sendo que em seu inciso VI, indica a possibilidade de julgamento de indenização por danos morais ou patrimoniais decorrentes das relações de trabalho.

Mister destacar que, nesse sentido, não se pode aplicar uma interpretação restritiva ao mencionado “Dano moral” contido na norma constitucional. Assim, em sentido amplo, o mesmo pode ser entendido como espécie de dano extrapatrimonial, ao lado dos danos estético e existencial, tutelando bens e interesses jurídicos distintos. Como parte da tutela dos direitos fundamentais do

¹⁹ BEBBER, Julio César. Danos extrapatrimoniais (estético, biológico e existencial) – breves considerações. *Revista LTR*, v. 73, n. 1, jan. 2009.

²⁰ MARTINS, Sérgio Pinto. *Assédio moral no emprego*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 83-84.

trabalhador, não poderá sofrer de interpretação de forma a limitar seu alcance de proteção, ao que diminuiria sua função.

Aplicando-se o critério de depuração dos filtros da pesquisa da jurisprudência pela utilização das palavras-chaves que envolviam os termos “dano existencial” e “dano ao projeto de vida”, pôde-se extrair uma imensa vastidão de conteúdo a ser utilizado para análise crítica.

Contudo, da extração desse mesmo conteúdo para análise, pôde-se deduzir a total ausência de critérios utilizados em relação a sua aplicabilidade e a sua distinção em relação ao dano moral.

Uma vez que na nova sistemática aplicada pela Lei 13.105/2015 – CPC/2015, ao Poder Judiciário foi atribuído o poder de normatividade, de criar, modificar e extinguir relações jurídicas, não apenas processuais, como materiais, “ao decidir, o juiz deve ter a percepção de que não o faz apenas para as partes, mas também para a sociedade”²¹.

Como parte integrante da justiça vanguardista dentro do Poder Judiciário Brasileiro, o tema do dano existencial foi mencionado pela primeira vez na Justiça do Trabalho no tocante ao dano causado pela sobrejornada laboral pela prática exploratória sobre o indivíduo hipossuficiente que necessita do salário para sua subsistência mínima.

Não obstante, há uma pluralidade de entendimentos nas cortes trabalhistas no sentido de configurar o dano existencial como mero dano imaterial, diverso do dano moral, cuja ofensa não pode ser presumida, sem muito comprometimento com a técnica jurídica e a função nomofilática, função essa destinada a aclarar e integrar o sistema normativo, propiciando-lhe uma aplicação uniforme²², entendimento este já pacificado inclusive no Supremo Tribunal brasileiro, guardião da CRFB/88²³.

Esse foi o sentido inicial adotado pelos casos do Recurso de Revista nº 144394.2012.5.150010 do Tribunal Superior do Trabalho²⁴, bem como nos entendimentos das 1ª, 4ª e 8ª Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), em seus Recursos RO nº 002159511.2014.5.04.0331-RS²⁵; RO nº 002060625.2014.5.040292 RS²⁶ e RO nº 0020339-17.2014.5.04.0013²⁷.

²¹ SANTOS, Evaristo Aragão. Em torno do conceito e da formação do precedente judicial. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Direito jurisprudencial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 136.

²² CALAMANDREI, Piero. La casación civil. Trad. Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: Editorial Bibliografica Argentina, 1945, t. II, p. 104.

²³ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Reclamação 4.335/AC*. Relator: Ministro Gilmar Mendes. DOU: 24/08/2001. Superior Tribunal de Justiça, Brasília. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630101>. Acesso em: 02 out. 2019.

²⁴ TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Recurso de Revista n. 144394.2012.5.15.0010*. Relatora: Maria de Assis Calsing. DOU: 15/04/2015. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/182343323/recurso-de-revista-rr-14439420125150010>. Acesso em: 20 ago. 2019.

²⁵ TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. *Recurso Ordinário n. 00215951120145040331*. Relatora: Roseane Serafini Casa Nova. 1 T. DOU: 24/09/2015. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <https://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/236021844/recurso-ordinario-ro-215951120145040331-rs-0021595-1120145040331/inteiro-teor-236021867?ref=juris-tabs>. Acesso em: 14 ago. 2019.

²⁶ TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. *Recurso Ordinário n. 00206062520145040292 RS*. Relator: Marcelo Gonçalves de Oliveira. 4º T. DOU: 24/09/2015. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <https://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/236020727/recurso-ordinario-ro-206062520145040292-rs-0020606-2520145040292>. Acesso em: 20 set. 2019.

²⁷ TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. *Recurso Ordinário n. 0020339-17.2014.5.04.0013*. Relator Desembargadora Ângela Rosi Almeida Chapper. 8 T. DOU: 18/09/2015. Jusbrasil. 2015. Disponível em:

A própria jornada excessiva é reconhecida como forma da prática de assédio moral, sendo sua pura verificação passível de desestabilizar o empregado forçando-o a desistir do emprego ou ver sua saúde em risco²⁸.

Muito embora tais decisões classifiquem o assédio moral genericamente como espécie de dano imaterial, sequer é citada a questão da violação de direitos da personalidade, demonstrando que, embora reconhecido, o conceito de dano existencial como categoria autônoma está sendo interpretado e aplicado de modo a violar a segurança e isonomia jurídica no ordenamento brasileiro.

Ademais, a grande parte das decisões ainda não reconhece que o dano existencial possa ser presumido *in re ipsa*, exigindo que o trabalhador (parte vulnerável e hipossuficiente da relação) comprove, *in casu*, o prejuízo sofrido em seu projeto de vida, relacionado aos seus próprios direitos de personalidade, fundamentais para a realização de sua personalidade humana.

Em verdade, não se deve confundir o *an debeatur*, que é a essência da configuração do dano a ser ressarcido com o *quantum debeatur*, que é a quantificação do dano, já devidamente reconhecido. Neste caso, o reconhecimento do dano existencial poderá ser considerado de modo objetivo, sendo passível de prova somente a sua extensão para efeito de quantificação.

Raras exceções podem ser observadas em julgados como o Recurso de Revista (RR) nº 15480.2013.5.04.0016²⁹ ao admitir que o dano existencial pode ser presumido das violações do direito da personalidade que foram ocasionadas pela prática dos atos danosos.

Ora, conforme salientado, a questão em tela seria sobre a quantificação da violação, e não sobre a sua configuração de sua ocorrência. É inconteste que um empregado submetido a uma atividade extenuante fora dos limites legais, bem como fora de seu consentimento adequadamente formalizado, tem prejuízo em sua rotina e em seus interesses em seu projeto de vida, ainda que por um período limitado. Ademais, pela teoria da substanciação adotada no Brasil³⁰, o magistrado estaria vinculado aos fatos e ao pedido, examinando cabalmente a situação do empregado, hipossuficiente, e perfazendo a justiça no caso concreto, a qual abarcaria a proteção integral do trabalhador, ao máximo de bens tutelados possíveis.

O problema está longe de ser contornado. A mesma turma do Tribunal Superior do Trabalho, no mesmo ano, alguns meses após o julgado retro mencionado, em sede de Recurso de Revista, RR nº 35459.2013.5.24.0007³¹, proferiu decisão no sentido de distinguir o dano existencial, ainda que de forma perfunctória, do dano moral, indicando que o dano existencial perdura no tempo, não configurando algo transitório. Não obstante, de forma contrária ao que já havia julgado anteriormente, inclinou-se no sentido de que o empregado deverá comprovar o dano ao seu projeto

<https://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/234210503/recurso-ordinario-ro-203391720145040013-rs-0020339-1720145040013/inteiro-teor-234210510>. Acesso em: 12 set. 2019.

²⁸ BARRETO, Margarida Silveira. *Violência, saúde trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: Educ, 2000.

²⁹ TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Recurso de Revista n. 15480.2013.5.04.0016*. 4 T. Relator: João Oreste Dalazen. DOU: 04/03/2015. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178796529/recurso-de-revista-rr-1548020135040016/inteiro-teor-178796549?ref=juris-tabs>. Acesso em: 20 ago. 2019.

³⁰ DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 17. ed. Salvador: Juspodvm, 2015, v. I, p. 552.

³¹ TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Recurso de Revista n. 35459.2013.5.24.0007*. 4 T Relator: Maria de Assis Calsing. DOU: 18/09/2015. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/234216911/recurso-de-revista-rr-3545920135240007/inteiro-teor-234216929>. Acesso em: 22 ago. 2019.

de vida, uma vez que poderia estar de acordo com a sobrejornada por ser *workaholic* ou possuir qualquer outro motivo para desejar sua jornada extenuante.

Outras decisões seguem no mesmo sentido, não levando em consideração a própria natureza humana, podendo ocasionar assim provas diabólicas, pela necessidade de comprovação por parte do empregado que, não possuindo provas dos abusos sofridos, na ocasião do ônus da prova o empregador poderá simplesmente destruir, ocultar ou mesmo forjar antecipadamente as provas a serem produzidas³².

Desta forma, o trabalhador se encontra impossibilitado de produzir provas ou as mesmas tornam-se extremamente difíceis de serem produzidas em juízo, muitas vezes apenas obtidas por gravações do ambiente ou de ligações ou de conversas por aplicativos, sem a ciência do empregador. As provas testemunhais encontram-se prejudicadas, essencialmente por parte de outros trabalhadores que temam pela sua segurança no trabalho.

Somada a esta situação, ainda há o medo impingido ao trabalhador acerca de suas referências futuras, ao que poderá comprometer que o mesmo possa vir a ser contratado para trabalhar em outro local.

Nesse sentido, decisão paradigmática a ser mencionada, foi a proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 2015, que decidiu, em sede de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (AIRR) nº 1638.2012.5.04.0020³³, pela manutenção de decisão que concedeu indenização por danos existenciais decorrentes de jornada excessiva, configurando conduta ilícita por abuso do direito, em relação a um empregado de uma rede de supermercados. De relatoria do Ministro Walmir Oliveira da Costa, a decisão considera inclusive a questão do capitalismo exacerbado e sem limites que acaba por configurar inclusive a prática de *dumping* social, caracterizado por um conjunto de práticas desumanas aplicadas pelo empregador com o claro objetivo de redução de gastos e potencialização de seus lucros.

Desta forma, muito já foi avançado acerca do reconhecimento do dano existencial, devendo-se continuar com a evolução de seu reconhecimento e aplicação, dentro da estrutura e função a que é proposta a responsabilidade civil dentro do ordenamento jurídico brasileiro, que garante proteção do Estado Democrático de Direito ao trabalhador sobre os abusos que podem advir das novas relações de trabalho no atual mundo tecnológico.

5. DO DIREITO A INDENIZAÇÃO CUMULATIVA DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS

No momento atual em meio à crises estruturais, normativas, éticas e morais pelas quais passa a conjuntura brasileira, deve-se mais do que nunca pôr em foco a necessidade de perpassar

³² SILVA, Paula Costa e; REIS, Nuno Trigo dos. A prova difícil: da *probatio levior* à inversão do ônus da prova. *Revista de Processo*. São Paulo: RT, ano 38, v. 222, agosto/2013, p. 149-171.

³³ TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 163820125040020*. Relator: Walmir Oliveira da Costa. DEJT: 008/09/2015. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/229776508/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-163820125040020/inteiro-teor-229776513?ref=juris-tabs>. Acesso em: 18 ago. 2019.

pelas teorias críticas do Direito³⁴, defendida por Atienza, para que se possa realizar uma releitura dentro do paradigma constitucionalista, na tentativa de integrar o direito à moral e mesmo à política, bem como integrá-los à finalidade dos direitos fundamentais. Mesmo porque os direitos fundamentais já não constituem mais uma forma de defesa contra o Estado, mas sim uma forma de salvaguarda e vinculação à própria natureza humana.

Isso porque sua base advém do postulado da dignidade da pessoa humana, remodelador das estruturas e da dogmática do Direito Brasileiro, promovendo a funcionalização das situações jurídicas patrimoniais às existenciais³⁵.

Não obstante, dentro da nova ordem mercadológica, exige-se uma conduta transdisciplinar do trabalhador, que deverá possuir noções avançadas de conhecimentos diversos à sua área de formação, como por exemplo, de informática e idiomas, os quais extrapolam muitas vezes, suas funções determinadas no contrato individual de trabalho.

A preocupação do empregador adequar o modelo de negócio reduzindo suas estruturas físicas, gastos para inseri-lo no modelo globalizado e tecnológico³⁶ faz com que o mesmo use de seu poder sobre o trabalhador, exigindo-lhe que seja parte de uma engrenagem de um grande sistema capaz de gerar mais lucro³⁷.

No entendimento de Paul Ricoeur³⁸, a responsabilidade está contida na consideração da extensão dos poderes exercidos pelos seres humanos sobre seus semelhantes e sobre o seu meio ambiente comum, constituindo a trilogia clássica de poder-prejuízos-responsabilidade. A medida que se estendem os poderes, também se estende a capacidade de se causar prejuízos e igualmente a responsabilidade pelos danos³⁹, sendo que esses prejuízos vão muito além de danos patrimoniais, capazes de abalar os aspectos mais íntimos do ser humano em sua existência.

O dano, nesse sentido, deverá ter dois olhares: O dano evento ou dano causa, que seria a constituição da causa de pedir, em seus fatos e fundamentos jurídicos, bem como o dano resultado, correspondente à totalidade de bens e interesses atingidos, ou prejuízos essencialmente tutelados pelo direito, de forma certa e determinada. Tais resultados podem ainda se subdividir em uma série de prejuízos à bens e interesses, como o projeto de vida da pessoa, sendo que, dessa forma, o resultado, ou efeito do dano evento, acabasse por ter sua projeção diferida e multifacetada. Há, portanto, efeitos deletérios do dano evento, ou simplesmente evento danoso, que se projetam para o futuro. Cada uma dessas projeções pode abrigar um dano resultado.

Reconhece-se assim que, uma vez categorizado como dano autônomo, pode-se cumular o pedido de compensação por dano existencial com as demais espécies de dano. Tratando-se de cumulação de ações, cada bem jurídico compõe um pedido totalmente autônomo e distinto

³⁴ ATIENZA, Manuel. *El sentido del Derecho*. Barcelona: Ariel, 2004, p. 303-310.

³⁵ TEPEDINO, Gustavo. O papel da doutrina do direito civil entre o sujeito e a pessoa. In: TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor. *O Direito Civil entre o sujeito e a pessoa*. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 17.

³⁶ KILIMNIK, Zélia Miranda. Trabalhar em tempos de “Fim dos Empregos”: mudança na trajetória de carreira dos profissionais de recursos humanos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 18. n. 2, p. 34-45, 1998, p. 34-45.

³⁷ MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. *Análise Econômica do Direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 8.

³⁸ RICOEUR, Paul. *O justo ou a essência da justiça*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 55.

³⁹ FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. 22. ed. São Paulo: Graal. 2006, p. 167-177.

diretamente relacionado a determinados sujeitos processuais, podendo serem cumulados em uma única ação ou mesmo serem requeridos em ações distintas, sem qualquer reflexo na coisa julgada uma das outras⁴⁰.

Não deve ser olvidado que o pedido, pretensão posta na petição inicial, veicula o objeto do direito de ação, o qual se divide em objeto material, ou mediato e objeto processual ou imediato. Conquanto o objeto imediato que compõe o pedido se refere à tutela processual requerida, no caso da indenização do dano uma tutela condenatória, o objeto mediato se refere ao mérito fornecido, o bem, interesse jurídico ou direito tutelado que se pretenda para satisfazer suas necessidades⁴¹.

No caso do dano existencial, assim como os demais danos extrapatrimoniais, refere-se a uma cumulação própria do tipo simples de pedidos, em que se requer ao Poder Judiciário mais de um bem da vida autônomo e delimitado, almejando-se alcançar todos eles, não formando identidade entre si ou litispendência. Destaca-se que a relação processual é essencialmente substancial, sendo o pedido atrelado diretamente à fundamentação fática.

Assim, para que o processo alcance seu fim de realização das normas e valores da CRFB/88, faz-se necessária a separação e depuração dos bens jurídicos em suas categorias jurídicas autônomas, de modo a garantir a efetividade da proteção integral da pessoa do trabalhador, em sua dignidade humana.

6. CONCLUSÃO

Assim como no mundo, no Brasil se observa uma mudança no comportamento dos empregadores que tentam se adequar aos novos moldes do mercado, cuja marca registrada é a exigência de corte de gastos, e potencialização de lucro, essencialmente aplicando-se as novas tecnologias.

Paralelo a esse contexto, a dignidade da pessoa humana paulatinamente vem sendo discutida nos tribunais brasileiros como uma fonte de realização da realidade normativa de interesses coletivos, direitos da personalidade e das relações existenciais, desprovidas de qualquer titularidade patrimonial, mas que não se limitam apenas ao aspecto moral.

Nesse contexto em que se confronta o avanço tecnológico e as exigências de lucro impostas pelo mercado com a autonomia privada sendo remodelada por valores não patrimoniais de cunho existencial, atenta-se para uma inserção na esfera da ordem dos interesses públicos.

Desta forma, o contrato de trabalho, não apenas em seu aspecto formal, como em seu aspecto material pautada na primazia da realidade, devem respeitar os aspectos mais básicos da dignidade da pessoa humana. Isso porque o trabalhador, mais do que sujeito, mas pessoa provida de dignidade, possui autonomia e proteção do ordenamento jurídico, essencialmente dentro do rol de direitos fundamentais, para projetar sua vida, em prol da realização de seus interesses.

⁴⁰ SANTANA, Agatha Gonçalves. *O dano existencial como categoria jurídica autônoma: Um aporte a partir de um diálogo com os direitos humanos*. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, p. 138.

⁴¹ ASSIS, Araken de. *Cumulação de ações*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 156-157.

Não obstante o trabalho faça parte deste projeto de vida, como meio para que possa viabilizar outros de seus interesses, a vida e existência do trabalhador não pode ser pautada unicamente com a finalidade de gerar lucro a um terceiro, sendo forçado direta ou indiretamente a abrir mão de seus objetivos para, além de sua rotina normal, bem como de suas funções descritas em seu contrato, ficar à mercê da vontade de seu empregador. É necessário que ocorra a “descoisificação” do ser humano no ambiente laboral moderno, que não pode ser visualizado como uma engrenagem de trabalho, qualquer que seja o motivo, por mais física que seja a função desempenhada.

Uma vez configurado o dano na esfera extrapatrimonial do trabalhador, configura-se lesão a um bem jurídico diverso da moral: o dano às relações jurídicas tuteladas, aos interesses do trabalhador, que juntos e ordenados formam seu projeto de vida. A este dano, que perdura ao longo do tempo, denomina-se dano existencial, que possui portanto, lógica diferente do dano moral, sendo, portanto, passível de pedido e indenização diversa e, assim, cumulável, compensando ao máximo os danos causados ao trabalhador, não apenas tutelando o indivíduo, como toda a sociedade, que arca solidariamente com os custos de uma lesão causada em questões previdenciárias, dentre outros setores. O reconhecimento do dano existencial nas relações laborais é essencial para a coerência e efetividade do ordenamento jurídico.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- ATIENZA, Manuel. *El sentido del Derecho*. Barcelona: Ariel, 2004.
- ASSIS, Araken de. *Cumulação de ações*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- BARRETO, Marco Aurélio Aguiar. *Assédio moral no trabalho: responsabilidade do empregador*. 3 ed. São Paulo: LTR, 2014.
- BARRETO, Margarida Silveira. *Violência, saúde trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: Educ, 2000.
- BEBBER, Julio César. Danos extrapatrimoniais (estético, biológico e existencial) – breves considerações. *Revista LTR*, v. 73, n. 1, jan. 2009.
- CALAMANDREI, Piero. *La casación civil*. Trad. Santiago Sentis Melendo. Buenos Aires: Editorial Bibliografica Argentina, 1945, t. II.
- CARNELUTTI, Francesco. *Teoria Geral do Direito*. Trad. A. Rodrigues Queirós e Artur Anselmo de Castro. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2006.
- CENDON, Paolo; ZIVIZ, Patrícia. *Il resarcimento del danno esistenziale*. Milano: Giuffrè, 2003.
- DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 17. ed. Salvador: Juspodvm, 2015, v. I.
- FELIZARDO, Aloma Ribeiro. *Cyberbullying: difamação na velocidade da luz*. São Paulo: Willem Books, 2010.
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. 22. ed. São Paulo: Graal. 2006.

KILIMNIK, Zélia Miranda. Trabalhar em tempos de “Fim dos Empregos”: mudança na trajetória de carreira dos profissionais de recursos humanos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, v. 18. n. 2, p. 34-45, 1998.

LEVY, Daniel de Andrade. *Responsabilidade civil: de um direito dos danos a um direito das condutas lesivas*. São Paulo: Atlas, 2012.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. *Análise Econômica do Direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Assédio moral no emprego*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; ANDRADE JUNIOR, Luiz Carlos Vilas Boas. A torre de babel das novas adjetivações do dano. *Direito Unifacs*, Salvador, n. 176, 2015. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/3477/2491> Acesso em: 21 set. 2019.

PECES-BARBA, Gregorio. *Curso de derechos fundamentales: teoría general*. Madri: Eudema, 1991.

RICOEUR, Paul. *O justo ou a essência da justiça*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

SANTANA, Agatha Gonçalves. *O dano existencial como categoria jurídica autônoma: Um aporte a partir de um diálogo com os direitos humanos*. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém.

SANTOS, Evaristo Aragão. Em torno do conceito e da formação do precedente judicial. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Direito jurisprudencial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SCHAFER, Gilberto; MACHADO, Carlos Eduardo Martins. A reparação do dano ao projeto de vida na Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 13, n. 13, jan./jun., 2013.

SESSAREGO, Carlos Fernandez. *El daño al “proyecto de vida” em la jurisprudência de la corte interamericana de derechos humanos*. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2Q2PGYc>. Acesso em: 05 set. 2019.

SESSAREGO, Carlos Fernandez. El daño al proyecto de vida en una reciente sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Revista de Responsabilidad Civil y Seguros*, Buenos Aires: La Ley, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2PGEI17>. Acesso em: 07 out. 2019.

SEVERO, Sérgio. *Os danos extrapatrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 1996.

SILVA, Paula Costa e; REIS, Nuno Trigo dos. A prova difícil: da *probatio levior* à inversão do ônus da prova. *Revista de Processo*. São Paulo: RT, ano 38, v. 222, agosto/2013.

SOARES, Flaviana Rampazzo. *Responsabilidade civil por dano existencial*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Reclamação 4.335/AC*. Relator: Ministro Gilmar Mendes. DOU: 24/08/2001. Superior Tribunal de Justiça, Brasília. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630101>. Acesso em: 02 out. 2019.

TEPPEDINO, Gustavo. O papel da doutrina do direito civil entre o sujeito e a pessoa. In: TEPPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor. *O Direito Civil entre o sujeito e a pessoa*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. *Recurso Ordinário n. 00215951120145040331*. Relatora: Roseane Serafini Casa Nova. 1 T. DOU: 24/09/2015. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <https://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/236021844/recurso-ordinario-ro-215951120145040331-rs-0021595-1120145040331/inteiro-teor-236021867?ref=juris-tabs>. Acesso em: 14 ago. 2019.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. *Recurso Ordinário n. 00206062520145040292 RS*. Relator: Marcelo Gonçalves de Oliveira. 4º T. DOU: 24/09/2015. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <https://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/236020727/recurso-ordinario-ro-206062520145040292-rs-0020606-2520145040292>. Acesso em: 20 set. 2019.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. *Recurso Ordinário n. 0020339-17.2014.5.04.0013*. Relator Desembargadora Ângela Rosi Almeida Chapper. 8 T. DOU: 18/09/2015. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <https://trt-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/234210503/recurso-ordinario-ro-203391720145040013-rs-0020339-1720145040013/inteiro-teor-234210510>. Acesso em: 12 set. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 163820125040020*. Relator: Walmir Oliveira da Costa. DEJT: 008/09/2015. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/229776508/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-163820125040020/inteiro-teor-229776513?ref=juris-tabs>. Acesso em: 18 ago. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Recurso de Revista n. 144394.2012.5.15.0010*. Relatora: Maria de Assis Calsing. DOU: 15/04/2015. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/182343323/recurso-de-revista-rr-14439420125150010>. Acesso em: 20 ago. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Recurso de Revista n. 15480.2013.5.04.0016*. 4 T. Relator: João Oreste Dalazen. DOU: 04/03/2015. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178796529/recurso-de-revista-rr-1548020135040016/inteiro-teor-178796549?ref=juris-tabs>. Acesso em: 20 ago. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Recurso de Revista n. 35459.2013.5.24.0007*. 4 T Relator: Maria de Assis Calsing. DOU: 18/09/2015. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/234216911/recurso-de-revista-rr-3545920135240007/inteiro-teor-234216929>. Acesso em: 22 ago. 2019.

ZIVIZ, Patricia. *Il danno non patrimoniale*: Evoluzione del sistema risarcitorio. Milano: Giuffrè, 2011.

Recebido: 09.10.2019

Aprovado: 07.11.2019

Como citar: FERREIRA, Vanessa Rocha; SANTANA, Agatha Gonçalves. O assédio moral no ambiente de trabalho e a possibilidade de configuração do dano existencial. *Revista IBERC*, Minas Gerais, v. 2, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2019.